

AVALIAÇÃO EXTERNA – PERSPECTIVA DE CONTRIBUIÇÃO À APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RITA PAULA DE BRITO

ARAGÃO, Maria Zilmar Timbó Teixeira

Licenciada em Letras. Especialista em Coordenação Pedagógica. Professora da Secretaria Municipal de educação de Aquiraz (Ce). E-mail: zilmartimbo@gmail.com

SANTIAGO, Silvano Bastos

Doutora em Educação (UFC). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. E-mail: silvanobastos@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho investiga como o processo de avaliação em larga escala, especificamente a realizada pelo Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará – SPAECE contribui para a aprendizagem dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Rita Paula de Brito, em Aquiraz, no Ceará. Para tanto, a pesquisa buscou averiguar a concepção de professores e alunos sobre o SPAECE; observar como se comportam os atores envolvidos no processo; identificar de que maneira a escola utiliza os resultados das avaliações e se realiza intervenções; verificar os instrumentais utilizados no SPAECE e compará-los com os das avaliações internas. Este estudo caracterizou-se como pesquisa-ação oportunizando o envolvimento do pesquisador e participantes, na solução do problema evidenciado. Concluiu-se que quando existe a cultura de um trabalho sistemático de estudo, acompanhamento, divulgação e análise dos resultados das avaliações externas das quais a escola participa, o nível de desempenho dos alunos melhora consideravelmente, contribuindo para que atinjam a proficiência desejável e adequada. Sugere-se à escola, acolher a avaliação como ferramenta de gestão, possibilitando que seus resultados integrem o seu dia a dia, evidenciando o trabalho colaborativo e favorecendo a gestão democrática. O investimento na formação em serviço dos professores e gesto-



res, também faz-se relevante, com o objetivo de replanejamento de ações, focados no diagnóstico oportunizado pelas avaliações externas.

Palavras-chave: Avaliação externa. Aprendizagem. Acompanhamento.

ABSTRACT

This paper investigates how the evaluation process on a large scale, specifically that is held by the Permanent Rating System of the State of Ceará (PRSCE), contributes for learning of the students of a Municipal School of Basic Education, in the city of Aquiraz, in Ceará. In order to reach the objective, the research sought to determine the design of teachers and students about the PRSCE; to observe the behavior of people involved in the process; to identify how the school utilizes the results of evaluations and conducts the interventions; to check the instruments used in the PRSCE and compare them with those of internal evaluations. This study was characterized as action research, providing opportunities of involvement between the researcher and the research participants, in the search for solution of the problem evidenced. We concluded that when there is a culture of systematic work of study, monitoring, dissemination and analysis of the results of the external evaluations which the school participates, the performance level of the students improved considerably, contributing to achieve the desirable and appropriate proficiency. We suggested to school to receive the evaluation as a management tool, enabling their results are part of its daily life, highlighting the collaborative work and promoting democratic management. The investment in the in-service training of teachers and managers is also very relevant, because it has the purpose of redesign the actions focused on the diagnosis provided by the external evaluations.

Keywords: External evaluation. Learning. Monitoring.



1 Introdução

Dentre os múltiplos desafios educacionais a serem enfrentados, a avaliação externa configura-se um deles. Também denominada de avaliação em larga escala, é considerada, atualmente, um dos principais instrumentos construtores de políticas públicas dos sistemas de ensino e vem sendo utilizada pelas escolas, também, no redirecionamento de suas metas de ensino.

No Ceará, em 2007, em decorrência de um diagnóstico realizado nas escolas públicas municipais, constatou-se que 70% das crianças não estavam alfabetizadas na idade correta. Diante desse alarmante fato, foi elaborado, por técnicos da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), em parceria com a Universidade Federal do Ceará, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), que utilizou como uma de suas estratégias a avaliação externa para acompanhar o resultado individual da aprendizagem dos alunos, bem como a evolução das redes municipais. No entanto, nem todas as instituições de ensino conseguem utilizar com eficiência as ações do PAIC para a melhoria da aprendizagem de seus alunos. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Rita Paula de Brito, localizada no município de Aquiraz (Ce), participa das avaliações externas e, embora seus professores participem da formação continuada destinada a eles e utilizem material estruturado elaborado com finalidade específica para atender ao planejamento, as metas definidas não são alcançadas e o nível de desempenho dos alunos ainda não é desejável, notadamente nas séries finais do ensino fundamental, 9º ano.

Integrando o ciclo de avaliações externas cita-se ainda a avaliação realizada pelo Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará (SPAECE), a referida avaliação, de natureza censitária, produz um diagnóstico sobre o nível de desempenho



dos alunos do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio das escolas públicas, permitindo a comparação com os resultados da Prova Brasil, bem como o monitoramento sobre a evolução do desempenho e as metas estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

No atual contexto, observa-se que apenas a divulgação de números relativos à aplicação das referidas avaliações é insuficiente para provocar as mudanças na prática docente. Isto posto, configura-se uma questão: até que ponto as avaliações em larga escala contribuem de forma efetiva para a aprendizagem dos alunos?

É nesse contexto que o trabalho em pauta objetiva investigar de que maneira o processo de avaliação em larga escala pode contribuir efetivamente para a aprendizagem dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Rita Paula de Brito, em Aquiraz (Ce). Averiguando, inicialmente, a concepção de professores e alunos sobre a avaliação em larga escala, observando como se comportam os atores desse processo avaliativo: alunos, professores, gestores e principalmente coordenadores pedagógicos; e procurando identificar como a escola utiliza os resultados das referidas avaliações e se realiza intervenções. Buscou-se ainda, verificar os instrumentais utilizados nas avaliações externas, comparando-os com os das avaliações internas realizadas pela escola.

Segue uma breve discussão acerca das avaliações em larga escala, apresentando, primeiramente, algumas abordagens sobre a avaliação. Em seguida, o estudo discorre sobre o Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará – SPAECE. Em outro momento, problematiza-se a experiência da avaliação SPAECE na EMEF Rita Paula de Brito, localizada no município de Aquiraz (Ce).



2 Abordagens sobre avaliação

Para este tema, selecionou-se para estudo de maior aprofundamento Luckesi (2005), que reelabora conceitos e recria práticas em relação à avaliação; Perrenoud (1999), que mostra a complexidade do problema da avaliação como componente de um sistema de ação; Lima (2001), que apresenta como o processo de avaliação transformou-se aos poucos em uma poderosa arma de poder sobre as crianças e jovens; e Hoffman (2000), que problematiza a prática de avaliação na escola, quando reflete sobre o seu cotidiano. Em suas respectivas literaturas, sugestivos aspectos ajudam na reflexão sobre questões determinantes nos processos de avaliação.

Luckesi (2005) defende uma abordagem crítica e construtiva da avaliação com a ideia de que os alunos vão à escola para aprender e não para serem examinados, e que a cultura de avaliação nas escolas deve ser estimulada em oposição ao que ele denomina exames, pondo em cheque tanto a disposição psicológica do avaliador quanto sua compreensão sobre essa questão. Para Luckesi (2005), avaliar é, antes de tudo, diagnosticar e solucionar impasses. Considera que avaliar objetiva fazer diagnóstico da situação de aprendizagem do educando visando tomar decisões quanto à melhoria do seu desempenho. Sendo processual, dinâmica, inclusiva e democrática na medida em que permite uma “prática pedagógica dialógica”. Em contrapartida, apresenta as características do “ato de examinar” como sendo de julgamento, aprovando ou reprovando os estudantes em sua trajetória escolar, poder que mantém a cultura dos exames, que são pontuais, classificatórios, seletivos, estáticos e consequentemente antidemocráticos, uma vez que excluem os educandos ao estabelecer escala de valores em aprovado e reprovado, e classificando-os em níveis definitivos.



Em sua abordagem sociológica, Perrenoud (1999) apresenta a avaliação que se debate entre duas lógicas – mesmo considerando que existam outras bem mais pragmáticas e embora não ignore contribuições da psicopedagogia nem da didática – uma que estaria a serviço da seleção e outra a serviço das aprendizagens. Na primeira, considerada tradicional, “os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência” (PERRENOUD, 1999, p. 11). A segunda, denominada de “avaliação formativa”, tem como ideia central “delimitar as aquisições e os modos de raciocínio de cada aluno o suficiente para auxiliá-lo a progredir no sentido dos objetivos” (PERRENOUD, 1999, p. 14). Assim, situa a avaliação no princípio da excelência escolar para demonstrar que o êxito e o fracasso são realidades construídas socialmente. Explica ainda porque as práticas de avaliação convencionais impedem a mudança das práticas de ensino e da relação pedagógica, mostrando que não existe ruptura total entre a avaliação tradicional e avaliação formativa e conclui que nada impede que as duas lógicas citadas inicialmente coexistam, na escola e na sala aula, de forma harmônica.

O conceito de Hoffman (2010) concebe o diálogo entre aluno e professor como indicador de aprendizagem à medida que oportuniza a construção do saber pela reformulação de alternativas de solução. Há todo um dinamismo, quando da reflexão do professor em relação ao seu método, na elaboração de questões e análise das respostas dos alunos. O que idealiza a avaliação contínua e mediadora é uma visão construtivista do erro, pois é considerado componente significativo ao desenvolvimento da ação educacional, permitindo ao professor observar e questionar a construção do conhecimento pelo aluno, em face da realidade. Pressupõe uma avaliação não de produto, mas do processo, e passa por três princípios: a de investigação precoce (provocações



intelectuais significativas), provisoriidade (sem fazer juízos do aluno), e complementaridade (complementa respostas velhas a um novo entendimento).

A abordagem de Lima (2001) relaciona-se ao tema em estudo de forma significativa porque evidencia a concepção de uma pedagogia do exame como instrumento para exercício de poder. A exemplo de Luckesi que considera *exame* todos os mecanismos avaliativos postos e que, inadequadamente, são denominados de avaliação da aprendizagem escolar. Aborda, ainda, os mecanismos, técnicas e instrumentos de exercício do poder na relação professor-aluno, tanto em seus aspectos mais concretos quanto em seus aspectos simbólicos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa (1998) recomenda que, “a avaliação deve ser compreendida como um conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, de que forma, e em quais condições.” (PCN, 1998, p. 93). Nesse sentido, o ato de avaliar não deve acontecer apenas em momentos específicos como fechamento de etapas de trabalho, mas sim durante todo o processo de ensino e aprendizagem, funcionando como instrumento que possibilite ao professor fazer uma análise reflexiva do seu trabalho e permita ao aluno saber de seus avanços e dificuldades e entender suas possibilidades.

2.1 Características do processo da Avaliação Externa em Larga Escala

Desde a emergência da escola no mundo moderno que as concepções de avaliações mencionadas anteriormente a acompanham. Em um período mais recente, somaram-se a elas, as avaliações externas, normalmente realizadas em larga escala. São definidas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação



(CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como um dos principais instrumentos utilizados na elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino, pois seu resultado é uma medida de proficiência que oferece um panorama do desempenho educacional, possibilitando o redirecionamento de suas metas.

Seus objetivos buscam, portanto, assegurar e fortalecer o direito a todos os alunos a uma educação de qualidade. Diferentemente da avaliação da aprendizagem realizada internamente nas escolas, avaliam os sistemas ou as redes de ensino, podendo ser censitárias ou amostrais. A fim de que possa manter a comparabilidade e a confiabilidade de resultados, requer metodologia e instrumentos de análise específicos.

Seus resultados, além de subsidiar a tomada de decisões em prol da melhoria da educação tanto no âmbito dos sistemas e redes de ensino quanto em escolas, permite, ainda, acompanhar o desenvolvimento destes ao longo das diferentes edições das avaliações, mediante a comparação dos resultados, possibilitando a construção de indicadores educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), distribuindo o percentual de alunos em cada nível da escala de proficiência.

No Brasil, essa modalidade de avaliação prosperou depois dos anos 80, com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Essa foi a primeira iniciativa brasileira no sentido de conhecer os problemas e deficiências do sistema educacional. De acordo com Becker (2010),

O SAEB tornou possível identificar os problemas do ensino e suas diferenças regionais por meio de dados e indicadores que possibilitam uma maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos e proporcionou aos agentes educacionais e à sociedade uma visão concreta dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos. (BECKER, 2010, p. 3)



O referido Sistema, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como objetivos medir, avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas.

Assim, o governo do estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação (SEDUC), implementou, desde 1992, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE, com o objetivo de fornecer subsídios à formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar aos professores, diretores escolares e gestores educacionais um quadro situacional da Educação Básica na rede pública de ensino. A partir de 2007, a abrangência do SPAECE foi ampliada, incorporou a avaliação da alfabetização e expandiu a avaliação do Ensino Médio para as três séries, de forma censitária.

Atualmente o SPAECE tem três focos: Avaliação da Alfabetização – SPAECE – Alfa (2º ano), que avalia as habilidades em leitura; Avaliação do Ensino Fundamental (5º e 9º ano); Avaliação do Ensino Médio (1ª, 2ª, 3ª séries), em que são avaliadas as competências e habilidades nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, tendo como documentos orientadores os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ministério da Educação (MEC) e os Referenciais Curriculares Básicos (RCB) da SEDUC. Além dos testes, que contêm itens elaborados pelos professores da rede pública, também são aplicados questionários contextuais, objetivando investigar dados socioeconômicos e trajetória escolar dos alunos; perfil e prática dos professores e diretores.

Em síntese, as etapas desse processo avaliativo apresentaram-se da seguinte forma: 1) determinação da população a ser avaliada; 2) elaboração ou utilização da Matriz de Referência;



construção dos itens; pré-testagem dos itens; análise estatística e pedagógica dos itens; 3) montagem dos cadernos de testes; 4) aplicação dos Instrumentos; processamento e constituição da Base de Dados da avaliação; e 5) análise dos resultados; elaboração dos relatórios gerais e pedagógicos.

Os resultados dessa avaliação são apresentados através de um documento denominado Boletim Pedagógico de Avaliação, permitindo a análise das relações da Matriz de Referência com a Matriz Curricular de Ensino, estabelecendo a diferença entre elas. Estuda-se também a composição dos Testes de Proficiência e como eles são analisados, possibilitando a elaboração de itens, com base no documento Guia de Elaboração de Itens. O conceito que se tem de Matriz Curricular é de “um conjunto amplo de conteúdos a serem abordados em cada disciplina e orientações metodológicas” (BOLETIM PEDAGÓGICO, 2008, p. 20).

Como norteadora da elaboração de itens que compõem os testes, a Matriz de Referência para Avaliação, surge da Matriz Curricular, mas contempla apenas aquelas habilidades consideradas fundamentais e possíveis de serem avaliadas em testes de múltipla escolha. (BOLETIM PEDAGÓGICO, 2008, p. 20).

Os elementos que compõem a Matriz de Referência para Avaliação são organizados em tópicos, agrupados em um conjunto de descritores, que descrevem uma única habilidade. O descritor “representa uma associação entre os conteúdos curriculares e as operações mentais desenvolvidas pelos alunos, que se traduzem em competências e habilidades”. (BOLETIM PEDAGÓGICO, 2008, p. 21). Portanto, justificam-se as diferenças entre a avaliação em larga escala e aquela que é realizada, pelos professores, em sala de aula.

Depois da aplicação, as avaliações externas são enviadas ao CAEd, cujos dados são analisados de forma qualitativa. O tratamento estatístico utilizado denomina-se Teoria da Resposta



do Item – TRI. Essa teoria “possibilita estabelecer uma relação entre a proficiência do aluno e a probabilidade de ele acertar um determinado item.” (BOLETIM PEDAGÓGICO, 2008, p. 26).

Constam do mesmo Boletim os resultados de cada escola, onde há uma escala de proficiência que possibilita o acompanhamento do caminho trilhado pelos alunos na conquista de habilidades e competências acadêmicas. Portanto, a escola terá alguns desafios a cumprir, compreender o Gráfico do Percentual de Alunos por Nível de Proficiência, consultando a Escala e compondo, assim, o quadro do diagnóstico pedagógico da escola.

3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa realizou-se na escola Municipal de Ensino Fundamental Rita Paula de Brito, situada no município de Aquiraz, no Ceará, envolvendo um universo de dezoito alunos do 9º ano, com uma faixa etária de 14 a 17 anos; três professores e dois coordenadores pedagógicos. Foram aplicados questionários compostos de perguntas abertas e fechadas, bem como de análise documental – dois modelos de avaliações de Língua Portuguesa e o Guia de Elaboração de Itens do SPAECE.

Para tanto, visitou-se a escola, observou-se a interação de seus membros por ocasião de encontros coletivos e, por fim, os questionários foram aplicados para coleta de dados que embasam esse trabalho.

4 Resultados e discussões

A análise das discussões evidenciou que a concepção de avaliação, tanto de alunos quanto de professores, relaciona-se ao conceito de exame citado por Luckesi (2005), não percebendo-a



como uma ação dialógica entre professor e aluno. Embora alguns alunos tenham demonstrado insatisfação em participar das avaliações, a maioria registrou o contrário, alegando que elas – as avaliações – ajudam em seu desenvolvimento, contribuem com seu aprendizado por serem diferentes das provas que são aplicadas na escola. Assim, percebem sua correta aplicação e que o assunto está de acordo com o que eles estudaram, embora alguns alunos considerem que são avaliações muito difíceis, pelo conteúdo e nível das informações contidas.

Sobre a contribuição que o processo de avaliação externa pode trazer para a aprendizagem dos alunos, algumas expectativas são geradas, pois os professores esperam que haja um estímulo à leitura, o que ainda não se percebe de modo convincente, bem como a reflexão, por parte do aluno, sobre sua postura enquanto estudante e cidadão atuante em uma sociedade.

Observou-se que existe, no grupo, um estremecimento nas relações interpessoais. Há uma contrariedade perceptível entre alguns professores e o grupo gestor, o que impossibilita o andamento produtivo das ações da escola. Existe um ruído na comunicação que fragiliza o potencial de recursos humanos que ali se encontra. As relações entre alunos, professores e grupo gestor têm evidências de desrespeito, ocasionando indisciplina e uma represália consistente evidenciada nas atitudes dos alunos. Os docentes e grupo gestor asseguram que a estrutura física da escola, inadequada para o número de alunos, contribui para reforçar as atitudes de indisciplina e desinteresse, acentuadas, principalmente, nas salas de 6º ao 9º ano. Importa dizer, também, que a comunidade em que a escola está inserida, já possui evidências de violência provocadas pelo uso de drogas, armas, prostituição, e famílias desestruturadas, financeira, emocional e afetivamente. Os gestores da escola alegam dificuldade em alcançar essas famí-



lias mais afetadas socialmente, pois estas são ausentes das ações da escola, o que impossibilita uma tomada de decisões efetiva de sucesso junto aos alunos que, coincidentemente, são os que mais necessitam de acompanhamento.

Para professores e coordenadores, a concepção de avaliação repousa na ideia de medição de conhecimentos, checagem do rendimento dos alunos no processo ensino-aprendizagem. Embora tendo sido considerada complexa pelo diagnóstico de situações diversas, é vista com a finalidade de proporcionar a progressão de cada aluno, de acordo com sua aprendizagem. Percebe-se assim, uma convergência de concepções, embora não se perceba, nas respostas dos alunos, a visão de progresso denotada na resposta do professor, fato que também não é unanimidade.

O que acontece no período que antecede às avaliações externas? Pelos relatos observou-se que os professores não realizam ações, percebidas pelos alunos, que intensifiquem o reforço de conteúdos a serem estudados. Não há ênfase de trabalho relacionado a esse importante momento vivenciado pela escola.

Quanto à utilização dos resultados pela escola, identificou-se que os resultados são divulgados na escola, mas não há um trabalho de divulgação junto à comunidade escolar, bem como não existe uma análise e estudo coletivo desses resultados, tendo como base os descritores de aprendizagem e com foco no objetivo de replanejamento das ações, como sugere o Boletim Pedagógico do SPAECE.

Esse fato denuncia-se nas respostas dos alunos que, em sua maioria, afirmam não haver comentários sobre a avaliação depois de efetivado o processo. Comentários aqui entendidos como estudo, oficinas com os alunos, no sentido de perceberem itens mais difíceis, descritores explorados e competências e habilidades alcançadas, ou não. Entende-se que não há intervenção se inexistente o estudo e a reflexão coletiva.



Os alunos dividiram-se quase de forma igualitária na questão sobre gostar ou não de participar das avaliações, embora a maioria tenha respondido que se prepara estudando para o momento da avaliação. Há sugestões de todos os envolvidos no sentido de melhorar o processo avaliativo na escola. As opiniões justificam-se na necessidade de melhoria do instrumental de aplicação utilizado nas avaliações internas e elaborado pelos professores. Reconhecem que é preciso fazer um alinhamento desse instrumental em relação ao que é utilizado nas avaliações externas, mesmo que as avaliações se diferenciem em torno de sua matriz e de seus objetivos.

Na verificação dos instrumentais de aplicação fica evidente a diferença entre os dois. Justifica-se esse fato pelos objetivos diferenciados que se propõem cada uma delas. Uma centra-se nos conteúdos ministrados tendo por base o currículo definido anualmente. A outra tem como centro matrizes de referências, que, de certa forma, equiparam-se ao currículo.

Diante desse quadro, a análise do processo avaliativo possibilitou averiguar que, nesse grupo, não se faz uma clara diferença de concepção de avaliação externa e interna, consequência de não esclarecimento sobre as matrizes de referência das avaliações externas bem como sobre a matriz curricular que orienta as avaliações internas. Não há olhar diferenciado nesse sentido pelos atores envolvidos e não existe um aproveitamento dos resultados com vistas à produção de melhorias no ensino.

Em decorrência da falta de compreensão dos resultados, com o detalhamento do que os alunos não estão aprendendo não há, de maneira visível, um impacto positivo em sala de aula. Não há formação em serviço convincente na escola, de forma a aperfeiçoar a maneira de ensinar dos professores, principalmente para os professores de 6^o ao 9^o ano, já que para o ensino



fundamental I, essa ação fica a cargo da secretaria municipal de educação.

Não se pode inferir, a despeito do desempenho dos alunos nas avaliações, que o professor seja incompetente, porque é uma cadeia muito grande da qual ele é apenas um dos elementos, mesmo conscientes de que a parcela de responsabilidade dos docentes seja significativa na aprendizagem dos alunos. A sugestão é que a escola possa, por ela mesma, reconhecer suas dificuldades e em que precisa melhorar. Precisa investir na formação em serviço dos professores, aproveitando a carga horária destinada ao planejamento e estudo. Precisa rever a abordagem de conteúdos trabalhados pelo professor. Uma oficina que contemple a elaboração de itens pode ser uma boa opção de mudança de prática. Precisa que o diagnóstico oportunizado pela avaliação externa sirva para o replanejamento de ações, já que fornece dados que detectam o que está funcionando bem na escola e no sistema.

A divulgação dos resultados das avaliações aos familiares dos alunos garante o princípio de transparência das informações e cria laços mais fortes de comprometimento a favor de um sistema de educação mais igualitário e justo, além de ser um direito da sociedade o acesso a esse conhecimento. A gestão democrática e o trabalho colaborativo devem ser incentivados e vivenciados para que a comunidade escolar possa planejar-se estrategicamente, com responsabilidade e envolvimento de todos no alcance de objetivos e metas.

5 Disposições finais

A avaliação externa em larga escala, embora seja uma cultura recente no Brasil, já avançou muito desde a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Embora, de



imediatamente não tenha sido bem-aceita, aos poucos, as equipes escolares foram convencidas pelo aprimoramento do sistema, e da percepção de que, com um diagnóstico geral do ensino é mais fácil atingir o objetivo de melhoria da qualidade da educação, através do replanejamento de ações.

Para que o diagnóstico elaborado pelos professores, através da avaliação externa, torne-se um instrumento efetivo de transformação da realidade escolar, é necessário que se crie, na escola, uma cultura de avaliação reforçada pela prática do diálogo. A construção e a disseminação dessa cultura democrática depende dos gestores escolares, haja vista desempenharem papel importante no incentivo à participação de todos da escola na utilização dos resultados das avaliações, propondo momentos específicos no calendário escolar para o estudo dos mencionados boletins.

A reflexão coletiva sobre as características dos alunos nos diferentes níveis de desempenho proporcionará momentos para se formar uma cultura de aprendizagem colaborativa sobre avaliação e, então, poderão ser definidas as metas de aprendizagem ou mesmo elaborado um plano de ações de intervenção pedagógica que redimensione, inclusive, o Projeto Político Pedagógico da escola. A partir daí, a escola poderá criar projetos de recuperação para os alunos identificados com baixo desempenho; criar programas de reforço escolar voltados para a consolidação das competências e habilidades que mereçam mais atenção, bem como discutir com os professores novos mecanismos de avaliação e monitoramento da aprendizagem dos alunos.

Uma das discussões correntes evidencia que a aplicação de avaliações sem o alinhamento de suas matrizes de referência às expectativas de aprendizagem dos alunos não é relevante. Importa também, não só investigar os resultados, mas desenvolver um trabalho contínuo de formação, envolvendo todos os atores



da rede escolar: técnicos das secretarias, diretores, coordenadores, professores. Nesses momentos devem ser privilegiadas situações de orientações técnicas pontuais sobre os resultados das avaliações, bem como sobre abordagens pedagógicas para trabalhar os conteúdos, já que, às vezes, falta ao professor conhecimento sobre eles.

A avaliação em larga escala transcende o espaço da sala de aula e até mesmo da escola, e faz com que professores, gestores e pais reflitam, movimentando o campo pedagógico, pois os indicadores gerados sintetizam os resultados e possibilitam, em última instância, a formulação de políticas públicas educacionais.

Referências

BECKER, Fernanda da Rosa. *Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira*. Revista Ibero-americana de educação. Nº 53/1 – 25/06/2010

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.*

BRASÍLIA, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Língua portuguesa: orientações para o professor. Saeb/Prova Brasil, 4ª série/5º ano, ensino fundamental. Brasília: INEP, 2009. 117 p.*

CEARÁ, Secretaria da Educação. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE/2008. *Boletim Pedagógico de Avaliação: Língua Portuguesa – 9º ano do Ensino Fundamental. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAED.*

GREMAUD, Amaury Patrick. *(et all.) Guia de Estudo: avaliação continuada. Juiz de Fora: FADEPE, 2009, 82 p.*



HOFFMAN, Jussara. *Avaliação Mediadora: uma prática da construção da pré-escola à universidade*. 17ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

_____. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 10. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

_____. *Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista*. 41. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

_____. *Avaliar – respeitar primeiro educar depois*. 2. ed. Porto Alegre. Ed. Mediação, 2010.

LIMA, Adriana de Oliveira. *Avaliação escolar: julgamento ou construção?* 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem na escola*. 2. ed. Salvador: Malabares, 2005.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

